



Resenha do livro

AUER, P.; MURRAY, R.W. (eds.). *Hermann Paul's 'Principles of Language History' Revisited: Translations and Reflections*. Berlin/Boston: Walter de Gruyter, 2015.

William Alfred Pickering¹

O linguista alemão Hermann Paul (1846-1921) foi um proeminente membro da escola neogramática, cujos trabalhos sobre a história da língua alemã ainda hoje são citados como referências básicas. Ele também é lembrado nos tempos atuais como autor dos *Princípios Fundamentais da História da Língua*, um abrangente tratado sobre teoria linguística que passou por cinco edições entre 1880 e 1920.² O livro não foi apenas uma vigorosa exposição das ideias neogramáticas, mas também foi considerado, no seu tempo, um manual essencial (p. 5-7). O volume aqui resenhado contém novas traduções em inglês de seis capítulos dos *Princípios* de Paul, seguidos por quatro capítulos de análise (chamados de “Reflexões”) feitos por linguistas contemporâneos. Os capítulos analíticos discutem os tópicos abordados nos capítulos traduzidos:

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. willpickering@yahoo.com.

² O trabalho aqui resenhado apresenta traduções da quinta e última edição dos *Princípios* (PAUL, 1920), cujo título original é *Prinzipien der Sprachgeschichte*. As referências aos capítulos traduzidos contêm o número de página seguido pelo número de seção, este marcado com o símbolo “§” (o livro completo foi dividido em 299 seções numeradas). As diferenças entre as várias edições são descritas em KOERNER, 2008, p. 109; as alterações mais significativas foram as adições à segunda edição (PAUL, 1886). PAUL (1970) é uma tradução em português da quinta edição de 1920. PAUL (1888) é uma tradução em inglês da segunda edição de 1886. STRONG; LOGEMAN; WHEELER (1891) é uma adaptação da segunda edição, na qual os autores/tradutores reescreveram o texto e os exemplos de Paul, para que o livro pudesse se tornar mais acessível aos leitores que leem em inglês; o livro não inclui o importante capítulo introdutório de Paul. STRONG; LOGEMAN; WHEELER (1973) é uma reimpressão desse livro, ao qual foi adicionado um útil ensaio por W. K. Percival sobre o contexto intelectual dos *Princípios*. (Observação: As traduções de publicações em língua inglesa citadas na presente resenha são de minha responsabilidade.)



os princípios teóricos gerais de Paul e as suas teorias de mudança fonética, analogia e sintaxe. Os autores desses capítulos argumentam com eficácia que o livro de Paul ainda vale a pena ser lido, especialmente pelos interessados na linguística baseada no uso.

Os *Princípios* como um todo têm 23 capítulos que tratam de uma ampla variedade de tópicos, que incluem considerações teóricas (e metateóricas) gerais, diferenciação de dialetos, mudança fonética, mudança semântica, analogia, sintaxe, mudança morfológica e sintática, ortografia, contato de línguas e línguas-padrão. É um livro difícil de ler em alguns trechos, principalmente devido à densa argumentação; o leitor contemporâneo frequentemente vai sentir necessidade de recorrer a literatura suplementar a fim de compreender claramente os conceitos-chave do texto no seu contexto histórico. Embora os conceitos teóricos de Paul sejam sempre expressos em termos universais, suas análises tratam quase exclusivamente das línguas indo-europeias, especificamente das línguas clássicas, românicas e germânicas. A Introdução e os três primeiros capítulos (inclusive o capítulo sobre mudança fonética) são discussões puramente teóricas que exigem muito esforço por parte do leitor. No restante do livro, Paul fornece numerosos e bem escolhidos exemplos, principalmente tirados da história da língua alemã, mas o autor sempre se restringe a questões estritamente linguísticas, mesmo quando trata tópicos como a diferenciação de dialetos e o contato de línguas. Notavelmente, o seu estilo não conta com as referências históricas e culturais que fazem a leitura de autores como Jespersen e Bloomfield tão agradável.

O volume tópico desta resenha fornece traduções inteiramente novas da Introdução, do Capítulo 1 (“Sobre a natureza geral do desenvolvimento da linguagem”), do Capítulo 3 (“Mudança fonética”), do Capítulo 5 (“Analogia”), do Capítulo 6 (“Relações sintáticas básicas”) e do Capítulo 16 (“Reparentetização [*rebracketing*] Sintática”). Uma tradução do sumário completo da quinta edição dos *Princípios*, que inclui numerosos subtítulos descritivos, também está incluída. Os editores quiseram incluir textos que seriam relevantes para a linguística contemporânea baseada no uso; também desejaram que o volume incentivasse o estudo mais aprofundado das teorias de Paul por linguistas de hoje. Eles consideraram que novas traduções, feitas em linguagem contemporânea, eram necessárias para os seus propósitos. No restante desta resenha, tratarei dos capítulos traduzidos dentro da discussão sobre os capítulos de “Reflexão”.

Na Introdução ao seu volume, os editores resumem o seu conteúdo e apresentam informações básicas sobre a vida de Paul e sobre a publicação e a recepção dos *Princípios*. Eles argumentam que o livro de Paul foi frequentemente ignorado ou mal compreendido pela linguística do século 20 porque, mesmo na própria época do grande germanista, “até os partidários de Paul não sabiam exatamente o que fazer com um colega que pode ser descrito – usando termos atuais – como um linguista radicalmente cognitivista e proponente da linguística baseada no uso” (p. 7). Os editores também apontam que, apesar das tentativas de interpretar Paul como um precursor do estruturalismo, “sua abordagem connexionista simplesmente não é compatível com a ideia de um sistema de linguagem autossuficiente e definido por oposições” (p. 8).

É também apontado na Introdução, bem como em outras partes do volume (p. 177 *et seq.*, p. 237-239), que, embora Paul tenha sido por vezes lembrado por sua afirmação de que a abordagem histórica é a única abordagem “científica” à linguagem (p. 45 § 10) e pelo ditado “Longe com todas as abstrações” (p. 37 § 6), essas afirmações foram frequentemente citadas fora do contexto e receberam interpretações superficiais. Os neogramáticos afirmavam, como princípio básico, que o estudo das línguas vivas, especialmente nos seus aspectos fonéticos, é uma base necessária para a compreensão adequada da história das línguas (p. 52-53 § 15, p. 4-5, p. 178). O conceito que Paul tinha da história incluía tanto a atividade individual relacionada à fala (no aspecto físico e mental) quanto a mudança histórica de longo prazo (p. 48 § 12), e sua teoria pretendia explicar a conexão entre as duas (p. 55 § 16). Nesse sentido, a distinção entre uma perspectiva sincrônica e uma perspectiva diacrônica teria sido estranha ao seu pensamento (pelo menos no sentido saussuriano; cf. p. 47-48 § 11). De acordo com isso, Paul acreditava que categorias psicológicas coletivas com teor abstrato e hipostatizado “ficam de uma maneira disruptiva entre o olho do observador e os fenômenos concretos” (p. 38 § 6) – os fenômenos concretos sendo, no caso das ciências culturais (inclusive a linguística), o pensamento e a ação de indivíduos (p. 37-38 § 5). Quando Paul reclamou das abstrações, disse que se referiu a “abstrações que impediriam de serem determinadas as relações causais entre os objectos” (p. 37 § 5, n. 5). No que diz respeito especificamente à linguagem, achava que as gramáticas descritivas utilizavam categorias de análise que eram apenas abstrações baseadas no uso típico de determinada comunidade em um determinado momento; portanto, tais categorias eram inadequadas como base para explicar mudanças linguísticas (p. 47-48 § 11).

O primeiro dos capítulos que analisam o trabalho de Paul é “Reflexões sobre Hermann Paul como gramático de linguística baseado em uso”, de Peter Auer. Nesse capítulo, as noções de Paul sobre a natureza histórica da linguagem (encontradas na Introdução e no Capítulo 1 dos *Princípios*) e da analogia (encontradas no Capítulo 5) são discutidas no contexto de sua abordagem psicológica, que foi derivada das ideias do psicólogo J. F. Herbart (1776-1841) e do linguista H. Steinthal (1823-1899). Auer argumenta que vários princípios teóricos básicos de Paul estão muito mais de acordo com a linguística contemporânea baseada no uso (“aquelas abordagens à linguagem que postulam que a estrutura das representações mentais é mais ou menos exclusivamente determinada pelo uso ou, mais exatamente, pela experiência linguística”, p. 187, n. 7) do que com o estruturalismo saussuriano ou o gerativismo chomskiano. Especificamente a esse respeito, Auer discute as afirmações de Paul de que a linguagem individual (isto é, o idioleto, especialmente em seus aspectos cognitivos) é o ponto de partida para os estudos linguísticos, e de que a linguagem é, em sentido estrito, o produto da interação entre os indivíduos e não uma abstrata entidade coletiva. Essas ideias têm implicações diretas para as concepções de Paul da análise gramatical e da mudança linguística. Auer também aponta outros paralelos entre temas no trabalho de Paul e teorias contemporâneas baseadas no uso, a saber: a gramática mental é uma rede de representações que são associadas e entrincheiradas pelo uso; a criatividade morfológica e sintática é baseada em capacidades cognitivas gerais; esses princípios

se aplicam tanto à aquisição da linguagem infantil quanto ao uso da linguagem adulta (“Também, é pouco provável que pode ser identificado um certo ponto na vida de um indivíduo em que pode afirmar que a aquisição da língua é completa”, p. 56, § 18). Auer discute as origens do conceito pauliano de “associação” nas obras de Herbart e Steinthal e trata da influência desse conceito no pensamento de Saussure e na psicologia experimental da época. Auer ainda argumenta que, embora as relações paradigmáticas e sintagmáticas de Saussure sejam superficialmente semelhantes às noções paulianas das associações de semelhança e de contiguidade, “a noção estruturalista de oposições paradigmáticas, embora terminologicamente endividada à tradição da psicologia associativa, está de fato distante disso”; o autor acrescenta que “Saussure e o estruturalismo afastaram-se da forte orientação cognitiva da linguística do paradigma neogramático. Dissolveram a estreita relação que é tão típica do final do século XIX” (p. 202).

O conceito de analogia de Paul, tema do Capítulo 5 dos *Princípios*, é tratado pelo autor David Fertig na segunda “Reflexão” chamada “Duas concepções de inovação/mudança analógica”. A visão de Paul e dos neogramáticos em geral foi que o processo de mudança fonética, devido à sua natureza inconsciente, cria “cegamente” irregularidades morfológicas; em contraste, a analogia cria regularidade morfológica (por exemplo, na simplificação de paradigmas). Foi um estrito princípio da teoria linguística de Paul que os mecanismos psicológicos da mudança fonética são distintamente separados daqueles da analogia. Paul defendia o que Fertig chama de uma visão estritamente “lexical-substitutiva” da analogia, segundo a qual a “inovação analógica envolve crucialmente a ‘produção’ – no sentido de que os falantes usaram suas gramáticas mentais para criar formas que talvez nunca encontraram antes” (p. 210); para Paul, uma nova forma baseada na analogia, quando substitui uma forma anterior, é “cega” para qualquer influência das características fonéticas da forma substituída (p. 215). Em contraste, a visão “assimilatória” da analogia, exemplificada pelo ponto de vista de Hugo Schuchardt (1842-1927), sustenta que as palavras que frequentemente coocorrem, ou têm um relacionamento paradigmático, podem influenciar-se uma à outra e assim ter um efeito regularizador. Fertig argumenta que, a fim de manter a sua distinção rígida entre mudança fonética e analogia, Paul classificou a “etimologia popular” (inclusive particularmente os casos em que uma palavra muda a sua forma fonética por influência da memória de uma outra palavra semelhante) e a “contaminação” (novas criações devidas, por exemplo, à mistura de palavras ou lapsos da língua) como fenômenos marginais e relacionados à *performance* (usando termos atuais); ao mesmo tempo, Paul considerava tais fenômenos parecidos com a analogia no sentido de que são “transformações da forma fonética condicionadas por considerações de função” (PAUL, 1886, p. iv §, *apud* p. 216). Como parte de seu capítulo, Fertig trata de algumas publicações recentes sobre analogia e observa que hoje é geralmente aceito que tanto a substituição lexical quanto a assimilação atuam nas mudanças morfológicas e morfofonológicas e, além disso, que a analogia pode contribuir para a mudança fonética.

A terceira “Reflexão”, escrita por Paul Hopper, intitula-se “A gramática emergente de

Hermann Paul”. O autor observa que, em contraste com as estruturas estáticas pressupostas por Saussure e Chomsky, as representações mentais associadas, que são a base da teoria de Paul, têm uma natureza dinâmica: “As formas mentais não jazem na mente como entidades estáticas a serem usadas como bases, mas estão em constante movimento. Sua intensidade diminui durante os períodos de não uso e é fortalecida pela repetição e pelo uso” (p. 240). Embora, como Chomsky, Paul enfatize a criatividade dos falantes na criação de novas sentenças, Hopper observa que o conceito de sintaxe de Paul, baseado na analogia, é obviamente bem diferente do conceito gerativista. Adicionalmente, ele observa que as concepções paulianas de sujeito e predicado são funcionais, semelhantes aos conceitos contemporâneos de pressuposição e afirmação. De acordo com Hopper, “a visão de Paul da sentença como uma unidade em evolução [...] antecipa perspectivas *avant-gardes* do século 21, nas quais o arranjo linear das formas é temporal, *on-line* e emergente” (p. 246). Hopper argumenta que a visão temporal da linguagem de Paul está de acordo com certas escolas linguísticas atuais, tais como a análise conversacional, a linguística interacional e, particularmente, a teoria do próprio Hopper de “gramática emergente” (HOPPER, 1987, 2011). Hopper sumariza assim os pontos que a sua gramática emergente tem em comum com a abordagem de Paul:

A estrutura emerge da exposição do falante individual a enunciados. Palavras e frases formam grupos através de associações (*Assoziationen*) que podem ser formais (como substantivos do mesmo caso gramatical) ou semânticas (como classes de significado lexical), e assim a gramática é construída em *clusters*, de baixo para cima. Em nenhum momento existe um sistema completo *a priori*, e isso é tão verdadeiro para a fonologia quanto para a sintaxe. Cada enunciado contribui com um novo fato linguístico para o sistema emergente [...]. (p. 249)

Exemplificando como Paul lidou com fenômenos emergentes, Hopper examina dois exemplos de reparentização [*rebracketing*] sintática encontrados no capítulo 16 dos *Princípios*. Em contraste com Langacker (1977), para quem a reanálise envolve a alteração de categorias ou fronteiras em representações, Paul acredita que a reanálise começa com uma frouxidão na associação entre representações que depois formam novas associações. Hopper conclui o capítulo dizendo que “Os *Princípios* de Hermann Paul lançam as bases para uma linguística que traçará uma nova estrada, fora do beco sem saída do estruturalismo saussuriano” (p. 252); essa nova linguística, Hopper argumenta, deveria ser uma “linguística do tempo” que explicasse a natureza temporal e emergente dos fenômenos linguísticos.

A quarta “Reflexão”, “No princípio foi a imagem do som: a teoria da mudança fonética de Paul”, de Robert W. Murray, trata do Capítulo 3 dos *Princípios* (“Mudança fonética”). A teoria de mudança fonética de Paul é bastante elaborada e o espaço não permite sumariá-la aqui; um bom resumo pode ser encontrado em McMahon (1994, p. 21-22). Ao avaliar a teoria de Paul, Murray observa que é bastante similar em seus conceitos básicos com a fonologia contemporânea baseada na teoria de exemplares. Murray ainda observa que Paul rejeitou a ideia de que as representações dos diferentes sons de fala (“imagens de som”), junto com

representações de sensações de movimentos articulatórios, associam-se para formar o que nós chamaríamos hoje em dia de sistema fonológico. Portanto, argumenta Murray, a teoria de Paul teve dificuldades em fornecer uma explicação generalizada para mudanças de classes de sons, como, por exemplo, as mudanças tratadas pela lei de Grimm. Paul aceitou a ideia de que tais mudanças eram consequência de uma mudança fonética (gradual e inconsciente) da “posição neutra” dos órgãos da fala. Murray ainda trata da crítica de Paul ao uso expansivo de analogia por Schuchardt e aponta que dois princípios aceitos por Schuchardt, mas rejeitados por Paul, estão nos tempos atuais sendo favoravelmente reconsiderados por alguns linguistas: “a palavra é o domínio da mudança fonética” e “mudanças fonéticas se espalham pelo léxico através de difusão lexical” (p. 283).

Os autores do livro sendo resenhado conseguiram elaborar argumentos convincentes, mostrando que a obra teórica de Paul é relevante para a linguística do século 21 e mostrando também como as propostas de Paul se relacionam com as discussões contemporâneas sobre a analogia, a mudança fonética e a linguística baseada no uso. O tratamento dos tópicos contemporâneos é avançado, e o estilo e a terminologia das traduções ajudam a tornar o discurso de Paul mais transparente para o leitor contemporâneo, sem o simplificar. Bastante espaço é dedicado a ajudar o leitor a entender as teorias de Paul no contexto da linguística do final do século 19; no entanto, o livro não pretende ser uma exposição abrangente das ideias do grande linguista alemão. Convém ainda acrescentar que o texto do livro foi habilmente editado e o livro em si foi impresso e encadernado de forma atraente.

Certos tópicos mencionados nos capítulos de “Reflexão” talvez possam ter recebido uma discussão mais detalhada. A “ciência de princípios” de Paul – a sua proposta para uma ciência geral de processos históricos que incluem fenômenos não orgânicos, orgânicos e culturais (p. 29-34 §§1-5) – é apenas brevemente mencionada nas “Reflexões”, onde é erroneamente referida como uma teoria da mudança linguística (p. 179; ver também p. 185); na verdade, é um enquadramento metateórico para a teoria linguística. Também são mencionados apenas brevemente os aspectos da teoria pauliana que comparam o espalhamento de inovações linguísticas com o processo de seleção natural darwinista (p. 54 § 16, p. 212; PAUL, 1970, p. 47 § 22). Esses elementos das teorias de Paul têm semelhanças com a abordagem recém-desenvolvida de sistemas complexos aplicada à linguagem, cuja maioria dos proponentes se alia à linguística baseada no uso (BECKNER *et al.*, 2009). Adicionalmente, uma avaliação detalhada da crítica de Paul por Weinreich, Labov e Herzog (1968), brevemente comentada na p. 180, também poderia ter sido uma adição interessante a um ou outro dos capítulos. No entanto, dado que o livro se concentra na relevância de Paul para a linguística baseada no uso, focando mais os aspectos cognitivos do que os aspectos sociais da discussão contemporânea, esses tópicos podem ser razoavelmente considerados fora do escopo do volume.

Até o momento, nenhum tratamento compreensivo e sistemático do pensamento de Paul é disponível em inglês. De fato, a literatura sobre Paul em inglês é esparsa (ver as referências na

Introdução dos editores e nas “Reflexões”). Após a leitura das traduções e análises do trabalho de Paul no volume sendo resenhado, acredito que os *Princípios* merecem uma nova tradução completa em inglês com uma extensa introdução e anotações. Apesar de seu estilo proibitivo, o livro de Paul é uma rica mina de ideias interessantes que tem lugar entre outros trabalhos clássicos sobre linguística geral, como os de Whitney, Saussure, Jespersen, Sapir e Bloomfield. Em relação a Hermann Paul, a observação final de R. W. Murray na sua “Reflexão” parece bastante apropriada: “Em nosso atual objetivo de reavaliar a nossa herança estrutural, ainda há informações valiosas a serem extraídas de nossos antecessores do século 19, que trabalharam sem o fardo de uma estrita tradição estruturalista” (p. 285).

Referências

BECKNER, C.; BLYTHE, R.; BYBEE, J.; CHRISTIANSEN, M. H.; CROFT, W.; ELLIS, N. C.; HOLLAND, J.; KE, J.; LARSEN-FREEMAN, D.; SCHOENEMANN, T. Language is a complex adaptive system: position paper. *Language Learning*, v. 59, s. 1, p. 1-26, 2009.

HOPPER, P. Emergent grammar. *Berkeley Linguistics Society*. v. 13, p. 139-157, 1987.

_____. Emergent grammar. In: GEE, J. P.; HANDFORD, M. (orgs.). *The Routledge Handbook of Discourse Analysis*. London: Routledge, 2011, p. 301-315.

KOERNER, E. F. K. Hermann Paul and general linguistic theory. *Language Sciences*., v. 30, n. 1, p. 102-132, 2008.

LANGACKER, R. W. Syntactic reanalysis. In: LI, C. N. (org.). *Mechanisms of Syntactic Change*. Austin: University of Texas, 1977, p. 57-139.

MCMAHON, A.M.S. *Understanding Language Change*. Cambridge: Cambridge, 1994.

PAUL, H. *Prinzipien der Sprachgeschichte*. 2ª ed. Halle: Max Niemeyer, 1886.

_____. *Principles of the History of Language*. H. A. Strong, tradutor. London: Sonnenschein, Lowry, 1888.

_____. *Prinzipien der Sprachgeschichte*. 5ª ed. Halle: Max Niemeyer, 1920.

_____. *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Maria Luisa Schemann, tradutora. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

STRONG, H. A.; LOGEMAN, W. S.; WHEELER, B. I. *Introduction to the Study of the History of Language*. London: Longmans, Green, 1891.

_____. *Introduction to the Study of the History of Language*. New York: AMS, 1973. [Reimpressão da edição de 1891, com nova introdução escrita por W. K. Percival.]

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. L. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMAN, W. P.; MALKIEL, Y. (orgs.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas, 1968, p. 95-195.